

Demonstrações Financeiras

Broto Legal Alimentos S.A.

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente



**Building a better
working world**

Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

| | |
|---|----|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras..... | 1 |
| Demonstrações financeiras auditadas | |
| Balanço patrimonial | 5 |
| Demonstração do resultado | 7 |
| Demonstração do resultado abrangente | 8 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido..... | 9 |
| Demonstração do fluxo de caixa | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 11 |

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Broto Legal Alimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Broto Legal Alimentos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Combinação de negócios e incorporação reversa de controladora

Conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 1 e 9, durante o exercício de 2018, a Companhia foi adquirida pela Cinel Alimentos Comércio, Importação e Exportação S.A. (“Cinel”). Nesse mesmo exercício, a Companhia fez a incorporação reversa da Cinel. A combinação de negócios foi contabilizada pela Cinel pelo método de aquisição e resultou em valores relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia pelo ato da sua incorporação reversa. Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria pelos julgamentos envolvidos na identificação e determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e a consequente alocação do preço de aquisição, além da magnitude dos montantes envolvidos.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos relacionados a combinação de negócio e incorporação reversa incluíram, entre outros: (i) O envolvimento de nossos especialistas de finanças corporativas para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia utilizadas para determinação e reconhecimento do valor justo dos ativos adquiridos, passivos assumidos e ágio por expectativa de rentabilidade futura; (ii) O exame do laudo de avaliação patrimonial emitido por peritos contábeis externos utilizado pela Companhia para incorporar os saldos da Cinel; e (iii) Avaliação da adequação das respectivas divulgações da Companhia da combinação de negócio e incorporação reversa de controladora.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas contábeis de combinação de negócios e incorporação reversa da Companhia para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação a combinação de negócios e incorporação reversa.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a combinação de negócio e incorporação reversa, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

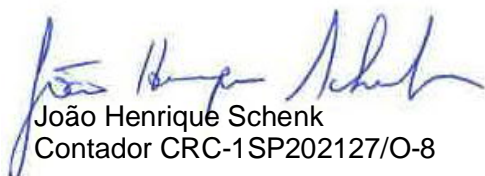
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 16 de maio de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SPO34519/0-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'João Henrique Schenk', is written over a light blue circular stamp.

João Henrique Schenk
Contador CRC-1SP202127/O-8

Broto Legal Alimentos S.A.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

| | Nota | 2018 | 2017 |
|---|-------------|----------------|-------------|
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 49.670 | 25.673 |
| Contas a receber | 4 | 3.043 | 39.633 |
| Estoques | 5 | 48.591 | 19.663 |
| Impostos a recuperar | 6 | 26.920 | 7.402 |
| Outros créditos | | 2.938 | 185 |
| | | 131.162 | 92.556 |
| Não circulante | | | |
| Impostos de renda e contribuição social diferidos | 14 | - | 692 |
| Depósitos judiciais | 13 | 14.594 | 12.285 |
| Imobilizado | 7 | 81.595 | 15.208 |
| Intangível | 8 | 101.366 | 52 |
| | | 197.555 | 28.237 |
| | | | |
| Total do ativo | | 328.717 | 120.793 |

| | Nota | 2018 | 2017 |
|--|-------------|----------------|-------------|
| Passivo | | | |
| Circulante | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 10 | 42.036 | 12.413 |
| Debêntures a pagar | 11 | 10.162 | - |
| Fornecedores | | 15.106 | 3.087 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | | 2.177 | 1.935 |
| Impostos a recolher | | 2.941 | 1.439 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | | 5.659 | 5.659 |
| Provisões diversas | | - | 465 |
| Outras obrigações | | 1.351 | 1.373 |
| | | 79.432 | 26.371 |
| Não circulante | | | |
| Debêntures a pagar | 11 | 133.667 | - |
| Partes relacionadas | 12 | 13.253 | - |
| Provisão para contingências | 13 | 408 | 397 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 14 | 24.625 | - |
| | | 171.953 | 397 |
| Patrimônio líquido | 15 | | |
| Capital social | | 70.100 | 50.000 |
| Reserva legal | | 459 | 5.000 |
| Reserva de lucros | | - | 39.025 |
| Reserva de investimento | | 6.773 | - |
| | | 77.332 | 94.025 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 328.717 | 120.793 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

| | Notas | 2018 | 2017 |
|---|--------------|------------------|-------------|
| Receita líquida | 16 | 328.098 | 346.224 |
| Custo dos produtos vendidos | 17 | (249.099) | (252.919) |
| Lucro bruto | | 78.999 | 93.305 |
| Receitas (despesas) operacionais: | | | |
| Despesas de vendas | 17 | (47.326) | (43.990) |
| Despesas administrativas e gerais | 17 | (21.064) | (13.809) |
| Outras receitas operacionais, líquidas | | 1.994 | 249 |
| | | (66.396) | (57.550) |
| Lucro antes do resultado financeiro | | 12.603 | 35.755 |
| Resultado financeiro | 18 | | |
| Despesas financeiras | | (9.470) | (4.142) |
| Receitas financeiras | | 2.216 | 2.604 |
| | | (7.254) | (1.538) |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | | 5.349 | 34.217 |
| Corrente | 14 | - | (8.636) |
| Diferido | 14 | 3.830 | 83 |
| Lucro líquido do exercício | | 9.179 | 25.664 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|---|--------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício | <u>9.179</u> | 25.664 |
| Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos | <u>9.179</u> | <u>25.664</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

| | Capital social | Reserva legal | Reserva de lucros | Reserva de investimento | Lucros acumulados | Total |
|---|-----------------------|----------------------|--------------------------|--------------------------------|--------------------------|-----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 50.000 | 3.717 | 32.478 | - | - | 86.195 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 25.664 | 25.664 |
| Destinações: | | | | | | |
| Constituição de reserva legal | - | 1.283 | - | - | (1.283) | - |
| Distribuição de dividendos | - | - | - | - | (12.175) | (12.175) |
| Distribuição de juros sobre o capital próprio | - | - | - | - | (5.659) | (5.659) |
| Constituição de reserva de lucros | - | - | 6.547 | - | (6.547) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 50.000 | 5.000 | 39.025 | - | - | 94.025 |
| Incorporação reversa da controladora | 20.100 | (5.000) | (40.972) | - | - | (25.872) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 9.179 | 9.179 |
| Destinações: | | | | | | |
| Constituição de reserva legal | - | 459 | - | - | (459) | - |
| Constituição de reserva de lucro/investimento | - | - | 1.947 | 6.773 | (8.720) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 70.100 | 459 | - | 6.773 | - | 77.332 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|--|-----------------|-------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro líquido do exercício | 9.179 | 25.664 |
| Ajustes: | | |
| Depreciação e amortização | 14.408 | 2.287 |
| Provisões | (393) | 243 |
| Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível | 332 | 557 |
| Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures | 7.050 | 217 |
| | 30.576 | 28.968 |
| Variações nos ativos e passivos operacionais | | |
| Contas a receber | 36.540 | 4.310 |
| Estoques | (22.436) | 9.670 |
| Impostos a recuperar | (19.260) | 1.467 |
| Depósito judicial | (2.309) | (1.272) |
| Fornecedores e outras obrigações | 8.443 | (3.891) |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 177 | 185 |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social | 1.492 | (1.589) |
| Juros sobre o capital próprio | - | (5.659) |
| Variação nos outros ativos e passivos | (14.980) | 5.723 |
| Caixa e equivalentes de caixa provenientes das atividades operacionais | 18.243 | 37.912 |
| Fluxo de caixa de atividades de investimentos | | |
| Aquisição de imobilizado e intangível | (14.713) | (2.287) |
| Incorporação de caixa e equivalente de caixa de controladora | 65 | - |
| Caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades de investimentos | (14.648) | (2.287) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Pagamento de dividendos | - | (12.175) |
| Captação empréstimos e financiamentos | 48.993 | 41.722 |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos | (21.246) | (59.901) |
| Pagamento de debêntures | (7.345) | - |
| Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos | 20.402 | (30.354) |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa | 23.997 | 5.271 |
| Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa | | |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 25.673 | 20.402 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 49.670 | 25.673 |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa | 23.997 | 5.271 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Broto Legal Alimentos S.A. (“Broto Legal” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, tem sua sede localizada na Rua Pedro Stancato, 488 - Campo dos Amarais, Campinas, estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia tem por objeto:

- (i) Importação, exportação, industrialização e comércio de produtos alimentícios em geral;
- (ii) Importação, exportação, e comércio de pescados e frutos do mar;
- (iii) Importação, exportação e comércio de cereais e leguminosas beneficiadas;
- (iv) Importação, exportação e comércio de óleos e gorduras;
- (v) Importação, exportação e comércio de carnes bovinas e suínas e derivados;
- (vi) Importação, exportação, indústria e comércio de produtos do arroz;
- (vii) Beneficiamento de arroz; e
- (viii) Participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

Em 2 de fevereiro de 2018, a Cinel Alimentos Comércio, Importação e Exportação S.A. (“Cinel”) concluiu a aquisição da Broto Legal de seus acionistas. Pelo contrato de compra e venda de quotas, o vendedor transferiu 100% das ações pelo valor de R\$208.202 para a Cinel. Vide Nota Explicativa nº 9 para maiores informações. Vide Nota Explicativa nº 9 para maiores informações.

Em 31 de agosto de 2018, a Companhia incorporou ativos e passivos líquidos da controladora Cinel Alimentos Comércio, Importação e Exportação S.A. de acordo com o laudo de avaliação preparado com base no valor contábil e emitido por um perito independente. A incorporação foi registrada na Junta Comercial Estadual em 17 de outubro de 2018 e destinava-se, principalmente, a melhorar a eficiência administrativa e utilização do benefício fiscal. Vide Nota Explicativa nº 9 para maiores informações. Vide Nota Explicativa nº 9 para maiores informações.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.491/09.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos acionistas e administradores da Companhia em 16 de maio de 2019.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são:

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

2.2. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

2.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, quando houver efeito relevante, levando em consideração a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes, para refletir as melhores estimativas do valor do dinheiro no tempo. Subsequentemente, estes juros são realocados no resultado por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.4. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequente ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangente e valor justo por meio do resultado.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para administrá-los. Inicialmente, a Empresa mensura um ativo financeiro pelo valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação.

As contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Empresa aplicou o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (a) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- (b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de OCI com reciclagem de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- (c) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de OCI, sem reciclagem de ganhos e perdas acumulados.
- (d) Desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- (e) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Empresa avalia os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as condições a seguir forem atendidas:

- (a) O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais.
- (b) Os termos contratuais do ativo financeiro originam, em datas especificadas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou desvalorizado.

Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem contas a receber, partes relacionadas e outros créditos incluídos no ativo financeiro atual.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros obrigatoriamente obrigados a mensurar pelo valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não são apenas pagamentos de principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando:

- (a) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- (b) A Empresa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem demora material a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; A Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Empresa transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou firmou um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Empresa continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Empresa também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que a Empresa reteve.

O envolvimento contínuo que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo de contraprestação que a Empresa pode ser obrigada a pagar.

Impairment de ativos financeiros

A Empresa reconhece uma provisão para perdas esperadas de crédito (ECLs) para todos os instrumentos de dívida que não são mantidos pelo valor justo por meio do resultado. Os ECLs baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados a uma aproximação da taxa de juros efetiva original. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Impairment de ativos financeiros--Continuação

As ECLs são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as ECLs são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (ECL de 12 meses).

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma ECL vitalícia). Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, líquidos de custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Empresa incluem contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas e outras obrigações.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem satisfeitos.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é descartada, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|------------|---------------|---------------|
| Caixa | 76 | 76 |
| Aplicações | <u>49.594</u> | <u>25.597</u> |
| | <u>49.670</u> | <u>25.673</u> |

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

As aplicações financeiras correspondem a investimentos temporários indexados à variação do CDI. As taxas pactuadas remuneram esses investimentos em aproximadamente 100% da variação do CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento sem qualquer ônus para a Companhia.

4. Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|---|--------------|---------------|
| Contas a receber | 9.763 | 43.508 |
| Descontos concedidos | (5.488) | (2.703) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (1.232) | (1.171) |
| | <u>3.043</u> | <u>39.633</u> |

As contas a receber são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|---------------------|--------------|---------------|
| A vencer | 3.978 | 41.176 |
| Vencidos: | | |
| Entre 1 a 30 dias | 3.463 | 911 |
| Entre 31 a 90 dias | 402 | - |
| Entre 91 a 365 dias | 849 | 338 |
| Há mais de 365 dias | 1.071 | 1.083 |
| | <u>9.763</u> | <u>43.508</u> |

A Administração constitui, quando necessário, provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente para fazer jus as prováveis perdas na realização do saldo de contas a receber.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

| | |
|----------------------------------|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | (1.095) |
| Movimento da provisão, líquido | (76) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | <u>(1.171)</u> |
| Movimento da provisão, líquido | (61) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | <u>(1.232)</u> |

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

5. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor realizável líquido. As provisões para perdas nos estoques são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|--------------------------------|---------------|---------------|
| Mercadoria para revenda | 5.011 | 1.096 |
| Matéria-prima | 9.045 | 8.855 |
| Estoques em poder de terceiros | 1.784 | 2.054 |
| Produto acabado | 17.163 | 5.052 |
| Estoque embalagens | 1.580 | 1.153 |
| Estoque em trânsito | 2.097 | 233 |
| Adiantamentos a fornecedores | 11.155 | 783 |
| Outros | 756 | 437 |
| | <u>48.591</u> | <u>19.663</u> |

6. Impostos a recuperar

A Companhia passou a fazer uso do benefício fiscal de subvenção para investimento, amparado pela edição da Lei Complementar 160/2017. Ao fazer uso deste benefício a Companhia registrou em seu ativo circulante os impostos já adiantados ao fisco para pagamento de IRPJ e CSLL, recolhidos por estimativa no período de 2017 e 2018, revertendo assim as provisões destes impostos de seu resultado. Com isso, houve impacto também no aumento de créditos de PIS e COFINS, antes na sua maioria utilizados para compensações de imposto de renda e contribuição social.

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|---|---------------|--------------|
| Imposto de renda | 10.732 | 1.679 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido | 3.985 | 484 |
| PIS e COFINS | 7.451 | 4.195 |
| Imposto de renda retido na fonte | 307 | 1 |
| ICMS | 4.442 | 1.040 |
| ICMS-ST | 3 | 3 |
| | <u>26.920</u> | <u>7.402</u> |

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

7. Imobilizado

É apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do imobilizado e intangível são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

| | Terrenos | Edifícios e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Equipamento de informática | Móveis e utensílios | Veículos | Total |
|-----------------------------------|----------|--------------------------|-------------------------|----------------------------|---------------------|----------|---------|
| Em 31 de dezembro de 2016 | 406 | 2.152 | 12.113 | 421 | 174 | 462 | 15.728 |
| Adições | - | 386 | 1.788 | 44 | 45 | 21 | 2.284 |
| Baixas, líquida | - | - | (253) | (6) | (3) | (295) | (557) |
| Depreciações | - | (115) | (1.775) | (156) | (31) | (170) | (2.247) |
| Em 31 de dezembro de 2017 | 406 | 2.423 | 11.873 | 303 | 185 | 18 | 15.208 |
| Adições | - | 3.611 | 10.141 | 92 | 376 | 255 | 14.475 |
| Baixas, líquida | - | (104) | (165) | (41) | - | - | (310) |
| Incorporação de controladora | 3.134 | 20.479 | 32.506 | 454 | 216 | 243 | 57.032 |
| Depreciações | - | (591) | (3.626) | (193) | (338) | (62) | (4.810) |
| Em 31 de dezembro de 2018 | 3.540 | 25.818 | 50.729 | 615 | 439 | 454 | 81.595 |
| Taxa média de depreciação anual % | - | 4% | 10% | 20% | 10% | 20% | |

8. Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia são formados por ágio (*goodwill*), software e licenças, marcas, carteira de clientes, acordo de não competição.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

8. Intangível--Continuação

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. No caso de ganho por compra vantajosa, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) e é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os softwares são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As marcas registradas pela Companhia têm uma vida útil definida de cinco anos e estão sendo amortizadas.

A carteira de clientes adquirida pela companhia em uma combinação de negócios é reconhecida pelo valor justo na data da aquisição e é contabilizada pelo seu valor justo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com os clientes que é de três anos.

O acordo de não competição adquirido em uma combinação de negócios é reconhecido pelo valor justo na data da aquisição e é contabilizado pelo seu valor justo menos a amortização acumulada. O acordo de não competição registrado pela Companhia tem uma vida útil definida de cinco anos e está sendo amortizado.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

8. Intangível--Continuação

| | Softwares | Pesquisa e desenvolvimento | Marcas | Acordo de não competição | Carteira de clientes | Goodwill | Total |
|--|-----------|----------------------------|---------|--------------------------|----------------------|----------|---------|
| Em 31 de dezembro de 2016 | 89 | - | - | - | - | - | 89 |
| Adições | 3 | - | - | - | - | - | 3 |
| Baixas, líquida | - | - | - | - | - | - | - |
| Amortizações | (40) | - | - | - | - | - | (40) |
| Em 31 de dezembro de 2017 | 52 | - | - | - | - | - | 52 |
| Adições | 232 | 6 | - | - | - | - | 232 |
| Baixas, líquida | (16) | (6) | - | - | - | - | (22) |
| Incorporação de controladora | 177 | - | 45.173 | 584 | 6.827 | 57.936 | 110.697 |
| Amortizações | (77) | - | (7.529) | (97) | (1.896) | - | (9.599) |
| Em 31 de dezembro de 2018 | 368 | - | 37.644 | 487 | 4.931 | 57.936 | 101.366 |
| Taxa média de amortização anual % | 20% | - | 20% | 20% | 33,3% | - | |

9. Combinação de negócio

Combinações de negócios são contabilizadas de acordo com o método de aquisição (CPC15(R1)/IFRS3(R)). O custo de uma aquisição é mensurado como a soma do valor transferido, com base no valor justo avaliado na data de aquisição, e o valor de qualquer participação minoritária na empresa adquirida. Para cada combinação de negócios, o comprador deve mensurar a participação minoritária na empresa adquirida ao valor justo ou com base na participação nos ativos identificáveis adquiridos líquidos. Os custos atribuíveis diretamente à aquisição devem ser contabilizados como despesas quando incorridos.

Quando adquire um negócio, a Empresa avalia os ativos e passivos financeiros assumidos a fim de classificá-los e alocá-los de com acordo com os termos contratuais, condições econômicas e condições relevantes na data de aquisição.

Se a combinação dos negócios é realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação anterior no capital da investida é valorizado a valor justo na data de aquisição, e o impacto é reconhecido no resultado.

Qualquer valor contingente a ser transferido pelo adquirente deve ser reconhecido a valor justo na data de aquisição. Mudanças subsequentes no valor justo de um valor contingente, referido como um ativo ou passivo, é reconhecido na demonstração do resultado ou na demonstração dos resultados abrangentes. Se o valor contingente for classificado como patrimônio, o mesmo não deve ser revisado até que esteja finalmente liquidado no patrimônio. Não existe contraprestação contingente nas subsidiárias adquiridas.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9. Combinação de negócio--Continuação

Inicialmente, o ágio é mensurado como um excesso do valor transferido com relação a ativos líquidos adquiridos (ativos líquidos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se o valor for inferior ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deve ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos perdas cumulativas de valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, ágio adquirido na combinação de negócio, é, desde a data de aquisição, alocado em cada unidade geradora de caixa da Empresa, com expectativa de benefícios das sinergias da combinação, independentemente dos outros passivos serem alocados para aquelas unidades.

Quando o ágio faz parte de uma unidade geradora de caixa, e uma porção da unidade é alienada, o ágio associado com a porção alienada deve ser incluído no custo da operação para determinar o ganho ou perda na alienação. O ágio alienado em tais circunstâncias é determinado com base no valor proporcional vendido com relação à unidade geradora de caixa retida.

Em 2 de fevereiro de 2018 a Cinel Alimentos Comércio, Importação e Exportação S.A. ("Cinel") concluiu a aquisição da Broto Legal de seus acionistas. Pelo contrato de compra e venda de quotas, o vendedor transferiu 100% das ações pelo valor de R\$208.202 para a Cinel.

O valor justo dos ativos e passivos adquiridos na data de aquisição em 28 de fevereiro de 2018 foi o seguinte:

| Descrição | |
|---|----------------|
| Contas a receber | 24.294 |
| Estoques | 30.113 |
| Outros créditos | 8.727 |
| Depósitos judiciais | 12.728 |
| Imobilizado | 15.362 |
| Empréstimos e financiamentos | (1.069) |
| Fornecedores | (2.529) |
| Obrigações sociais e trabalhistas | (2.080) |
| Impostos a recolher | (1.922) |
| Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar | (5.659) |
| Outras obrigações | (2.719) |
| Valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos, líquidos | <u>56.577</u> |
| Ativo adquirido líquido de caixa | 131.823 |
| Caixa e equivalentes de caixa | <u>18.443</u> |
| Ativo líquido adquirido | <u>150.266</u> |
| Valor de compra | <u>208.202</u> |
| Goodwill | <u>57.936</u> |

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9. Combinação de negócio--Continuação

O preço total de compra para a aquisição da Broto Legal foi alocado preliminarmente com base no valor justo estimado dos ativos adquiridos e passivos assumidos. O valor estimado líquido na data de aquisição foi de R\$56.577, atribuído da seguinte forma:

| Descrição | |
|--------------------------------------|---------------|
| Imobilizado | 33.141 |
| Marcas | 45.171 |
| Carteira de clientes | 6.827 |
| Acordo de não competição | 584 |
| Total | 87.723 |
| Impostos diferidos passivos, líquido | (29.146) |
| Valor líquido | 56.577 |

O valor justo estimado será realizado da seguinte forma: a) imobilizado - depreciado de acordo com a vida útil dos ativos; b) marcas - 5 anos; c) carteira de clientes - 3 anos e; d) acordo de não competição - 5 anos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o montante remanescente é R\$74.066.

Em 31 de agosto de 2018, a Companhia incorporou ativos e passivos líquidos da controladora Cinel Alimentos Comércio, Importação e Exportação S.A. de acordo com o laudo de avaliação preparado com base no valor contábil e emitido por um perito independente. A incorporação foi registrada na Junta Comercial Estadual em 17 de outubro de 2018 e destinava-se, principalmente, a melhorar a eficiência administrativa e utilização do benefício fiscal.

Conseqüentemente, a Companhia incorporou os seguintes ativos e passivos líquidos:

| | 31 de agosto de 2018 |
|--|---------------------------------|
| Caixa e equivalentes de caixas | 65 |
| Contas a receber | 11 |
| Estoques | 6.492 |
| Impostos a recuperar | 258 |
| Imobilizado | 24.067 |
| Investimentos | 228.282 |
| Intangível | 2 |
| Fornecedores e outras obrigações | (3.619) |
| Debêntures | (146.000) |
| Partes relacionadas | (13.253) |
| Impostos a recolher | (97) |
| Dividendos a pagar | (16.938) |
| Acervo líquido, incluindo investimento da Cinel na Companhia | 79.270 |

Em 31 de agosto de 2018, o saldo de investimento da Cinel na Companhia totalizava R\$105.142 e foi eliminado na incorporação.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

10. Empréstimos e financiamentos

| Modalidade | Instituição | Taxa de juros a.a. | Captação | Vencimentos | 2018 | 2017 |
|---------------|-------------------------|--------------------|------------|-------------|---------------|---------------|
| Crédito Rural | Brasil, Santander/ Itaú | 10,25% | 19/07/2017 | 02/04/2018 | 42.031 | 11.142 |
| FINAME | Citibank, Brasil e Itaú | 1,7% a 6% | 21/12/2009 | 15/11/2023 | - | 1.271 |
| Consórcio | Brasil | - | 26/09/2019 | 10/07/2019 | 5 | - |
| | | | | | 42.036 | 12.413 |

Cláusulas restritivas (covenants)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a cláusulas restritivas (*covenants*) financeiras.

Garantias

Crédito rural: os empréstimos e financiamentos estão garantidos por estoque de produtos e fianças com aval pessoal dos sócios gestores, a qual foi exigida pelos Agentes Financeiros intermediadores da operação.

11. Debêntures

A empresa Cinel Alimentos Comércio Importação e Exportação S.A (antes controladora) incorporada pela Companhia (antes controlada) realizou a sua 1ª emissão de Debêntures demonstrada como segue:

| Série | Quantidade | Data da emissão | Valor unitário de emissão em R\$ | Vencimento | R\$ |
|---------|------------|-----------------|----------------------------------|----------------|----------------|
| Úni/001 | 150 | 02/02/2018 | 1.000.000 | 15/02/2024 | 143.829 |
| | | | | Circulante | (10.162) |
| | | | | Não circulante | 133.667 |

As debêntures da 1ª emissão têm um prazo de 72 meses a partir de 15 de fevereiro de 2018 e serão remuneradas na base de CDI + 3,5% a.a., incidentes sobre o valor nominal das debêntures. O valor da atualização monetária, das parcelas será por percentual variável sobre o valor nominal de emissão em períodos uniformes, vencendo a última em 15 de fevereiro de 2024.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

11. Debêntures--Continuação

Cláusulas restritivas (Covenants)

Essas debêntures possuem cláusulas restritivas relacionadas à dívida líquida ajustada devida pelo EBITDA. Em 31 de dezembro de 2018 essas cláusulas foram atendidas pela Companhia.

Garantias

As debêntures estão garantidas por alienações fiduciárias de imóveis e das ações da Companhia.

12. Partes relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas estão assim compostos:

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|--|---------------|-------------|
| Passivo não circulante | | |
| Empréstimos Washington Umberto Cinel (sócio) | 13.253 | - |
| | <u>13.253</u> | <u>-</u> |

(a) Refere-se a contratos de mútuo sem incidência de juros e/ou atualização monetária e sem prazos de vencimento. Valor este incorporado em 31/08/2018, demonstrando nas demonstrações financeiras da empresa Cinel Alimentos Comércio, Importação e Exportação S.A.

Remuneração dos administradores

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia referem-se a benefícios de curto prazo, os quais incluem remuneração fixa (salários, férias, 13º salário), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros) e remunerações variáveis como participação nos resultados.

13. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de sua atividade. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela avaliação de seus consultores legais.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia registrou provisão para contingências no montante de R\$408 (R\$397 em 2017).

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

13. Provisão para contingências e depósitos judiciais--Continuação

Depósitos judiciais

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|----------|---------------|---------------|
| Cíveis | 127 | 121 |
| Funrural | <u>14.467</u> | <u>12.164</u> |
| | <u>14.594</u> | <u>12.285</u> |

O FUNRURAL é uma contribuição social que substitui a cota patronal do encargo previdenciário, acrescido do percentual dos Riscos Ambientais do Trabalho - RAT, sendo para o segurado especial o custeio de sua previdência para aposentadoria e outros benefícios junto a Previdência Social. A alíquota do FUNRURAL conforme nova redação dada pela Lei nº 13.606/2018, publicada em 10/01/2018, é de 1,5%, sendo 1,2% para o INSS e 0,1% para o RAT, além da contribuição de 0,2% ao SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, criada pela Lei 8.315/91, que apesar de possuir natureza jurídica distinta do FUNRURAL, também é calculada sobre o valor da comercialização da produção e recolhida na mesma GPS - Guia da Previdência Social. A cobrança da contribuição ao FUNRURAL se dá pelo regime de substituição tributária, sendo retido o percentual a pagar ao produtor rural e repassada ao Fisco pelos adquirentes da produção.

Anteriormente à publicação da nova lei em 10/01/2018, a alíquota da contribuição era de 2,1%, sendo 2,0% para INSS e 0,1% para RAT, além da contribuição de 0,2% ao SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

A exigibilidade da contribuição ao FUNRURAL foi questionada em juízo, dentre outros motivos, porque o produtor rural pessoa física com empregados era onerado desproporcionalmente com o referido regime de contribuição, diferentemente do produtor sem empregados que possui regime previsto no artigo 195, § 8º, da Constituição Federal, assim como os produtores pessoa jurídica com regime previdenciário distinto, em contrariedade aos princípios erigidos pela Constituição Federal de 1988, especialmente o da isonomia, que buscam preservar a identidade de benefícios, serviços prestados e unicidade de incidências, que somente podem ser excepcionadas pela própria Carta Maior.

Por meio do Recurso Extraordinário nº 363.852, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou inconstitucional a exigência da contribuição ao FUNRURAL para pessoas físicas, determinada pelo artigo 1º, da Lei nº 8.540/92, que alterou a Lei nº 8.212/91, por entender que a contribuição previdenciária do FUNRURAL foi instituída por uma lei ordinária e não por uma lei complementar, como deveria ter ocorrido, e que o contribuinte estava compelido a recolher duas contribuições com a mesma destinação.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

13. Provisão para contingências e depósitos judiciais--Continuação

No entanto, em razão da edição da Emenda Constitucional 20/1998 - que deu nova redação ao art. 195, I, da CF - a questão voltou ao STF e em março de 2017, a Corte decidiu pela constitucionalidade formal e material da contribuição social do empregador rural pessoa física, instituída pela lei 10.256/01, incidente sobre a receita bruta obtida com a comercialização de sua produção (RE 718.874).

Contudo, apesar da decisão desfavorável proferida no RE 718.874, o processo da Companhia está suspenso em razão da repercussão geral conhecida no RE 761.263, ainda pendente de julgamento, que trata do regime aplicável particularmente aos segurados especiais. O referido recurso irá analisar os efeitos a eles aplicáveis do reconhecimento da inconstitucionalidade dos dispositivos da Lei 8.212/91, e eventuais efeitos repristinatórios; se há, ou não, inconstitucionalidade integral da redação originária do art. 25 da Lei 8.212/91 (para segurados especiais e empregadores rurais), por desvirtuamento da base de cálculo fixada no art. 195, § 8º, da Constituição Federal; e caso se reconheça a ausência de identidade entre receita bruta proveniente da comercialização de sua produção e resultado da comercialização da produção, a verificação de constitucionalidade da criação de nova fonte de custeio da Previdência Social por meio de lei ordinária anterior à EC 20/98, cobrada dos segurados especiais, por violação aos artigos 154, I, e 195, I, § 4º da Constituição.

Sendo assim, a Companhia efetua os depósitos judiciais para os fornecedores que não possuem liminar, para os que possuem liminar a companhia não efetua os depósitos respaldada pela explicação supracitada.

14. Imposto de renda e contribuição social

a) Correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

14. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Correntes--Continuação

A reconciliação da despesa de imposto de renda e a contribuição social correntes pela alíquota nominal e pela alíquota efetiva em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é demonstrada a seguir:

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|---|----------------|-------------|
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 5.349 | 34.217 |
| Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%) | (1.819) | (11.634) |
| Outras adições/exclusões, líquida | (2.011) | 3.081 |
| Despesas com imposto de renda e contribuição social | 3.830 | 8.553 |
| Impostos de renda e contribuição social - correntes | - | (8.636) |
| Impostos de renda e contribuição social - diferidos | 3.830 | 83 |
| Taxa efetiva | 72% | 25% |

b) Diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro ou prejuízo contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

14. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição social diferidos, para refletir os efeitos fiscais futuros sobre as diferenças temporárias existentes entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, calculados à alíquota fiscal combinada de 34%, conforme segue:

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|--|-----------------|-------------|
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | 419 | 398 |
| Provisões para contingências | 139 | 135 |
| Provisões diversas | - | 159 |
| Valor justo da combinação de negócio | <u>(25.182)</u> | - |
| Impostos diferidos ativos (passivos) | <u>(24.625)</u> | <u>692</u> |

Baseada em seu histórico de realização de diferenças permanentes, a Companhia estima gerar lucro tributável superior ao saldo de impostos diferidos ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado está representado por 70.099.000 (50.000.000 em 2017) ações com valor nominal de R\$1,00 cada, assim distribuídas:

| | 2018 | | 2017 | |
|---|------------|--------|------------|--------|
| | Quantidade | R\$ | Quantidade | R\$ |
| Washington Umberto Cinel | 70.099.000 | 70.099 | - | - |
| Cláudia Isabel Luciano Cinel | 1.000 | 1 | - | - |
| Fundo de investimento em participações Impera | - | - | 50.000.000 | 50.000 |

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Reserva de investimento

A reserva de investimento se refere ao benefício fiscal advindo da lei complementar 160/17, o qual não poderá ser distribuído aos acionistas no período de cinco anos.

d) Dividendos

O estatuto social prevê que do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para Imposto de renda e Contribuição social.

Do resultado remanescente será deduzida a participação dos administradores, desde que seu total não ultrapasse nem a remuneração anual dos administradores nem a décima parte do lucro líquido apurado, prevalecendo o limite que for menor.

O lucro líquido verificado, após efetuados as deduções previstas no parágrafo anterior, terá a seguinte destinação: a) 5% para Reserva Legal, até atingir 20% do capital social; b) 25%, no mínimo, para o pagamento dos dividendos dos acionistas; c) o saldo terá o destino que, por proposta do Conselho da Administração, for deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

d) Dividendos--Continuação

De acordo com as disposições estatutárias é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido de cada exercício ajustado nos termos da legislação societária e do estatuto social.

A remuneração aos acionistas foi apurada da seguinte forma:

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|--|--------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício | 9.179 | 25.664 |
| Reserva legal (5% do lucro do exercício) | (459) | (1.283) |
| Base de cálculo dos dividendos | 8.720 | 24.381 |
| Distribuição aos acionistas: | | |
| Dividendos, pagos parcialmente durante o exercício | - | 12.175 |
| Juros sobre o capital próprio, líquidos do imposto de renda, pagos | - | 5.659 |
| Dividendos do lucro do ano | - | <u>17.834</u> |
| Percentual em relação à base de cálculo | 0% | 73% |

Em função da reserva de investimento, nenhum dividendo foi apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

16. Receita líquida

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|---|-----------------|----------------|
| Vendas | 377.340 | 387.654 |
| Revendas | 15.739 | 17.810 |
| Descontos e devoluções | (38.239) | (31.593) |
| Impostos incidentes sobre vendas e serviços | (26.742) | (27.647) |
| | 328.098 | <u>346.224</u> |

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

17. Gastos por natureza

| | 2018 | 2017 |
|---|------------------|------------------|
| Custo incorridos com materiais e produtos | (230.212) | (241.433) |
| Salários e benefícios | (19.086) | (19.140) |
| Fretes e carretos | (17.522) | (15.779) |
| Comunicação | (463) | (472) |
| Comissões de vendas | (4.363) | (6.527) |
| Viagens e veículos | (520) | (246) |
| Energia elétrica | (3.133) | (2.909) |
| Serviços profissionais | (3.819) | (3.777) |
| Depreciação e amortização | (26.066) | (2.287) |
| Manutenção de máquinas | (2.811) | (2.443) |
| Comissões sobre compras | (1.027) | (1.330) |
| Aluguéis | (673) | (1.029) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (61) | (216) |
| Material de uso e consumo | (214) | (188) |
| INSS, IPTU e IPVA | (72) | (106) |
| Crédito presumido de PIS e COFINS | - | 307 |
| Publicidade e propaganda | (11.241) | (8.050) |
| Outros | 3.794 | (5.093) |
| | (317.489) | (310.718) |
| Classificados como: | | |
| Custos dos produtos vendidos | (249.099) | (252.919) |
| Despesas com vendas | (47.326) | (43.990) |
| Despesas administrativas e gerais | (21.064) | (13.809) |
| | (317.489) | (310.718) |

18. Resultado financeiro

| | 2018 | 2017 |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| Despesas financeiras | | |
| Juros | (7.084) | (2.559) |
| Multas | (22) | (291) |
| Variação cambial | (616) | (214) |
| Despesas bancárias | (694) | (242) |
| IOF | (403) | (222) |
| Impostos | (65) | (101) |
| Descontos concedidos | (586) | (513) |
| | (9.470) | (4.142) |
| Receitas financeiras | | |
| Descontos obtidos | 142 | 119 |
| Juros recebidos | 62 | 88 |
| Variação cambial ativa | 809 | 424 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 1.180 | 1.973 |
| Outros | 23 | - |
| | 2.216 | 2.604 |
| Resultado financeiro líquido | (7.254) | (1.538) |

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia não tem como prática realizar operações com derivativos financeiros.

b) Gerenciamento de risco

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

Risco de taxa de câmbio

O resultado da Companhia está suscetível a variações significativas, em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre o saldo da conta "Partes Relacionadas" atrelado a moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano.

A Administração da Companhia acredita que a paridade entre o real e o dólar norte-americano não sofrerá volatilidade adicional significativa; conseqüentemente, não contratou nenhum instrumento financeiro para proteger a exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

20. Seguros

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, por valores considerados pela Administração suficientes para cobrir eventuais perdas.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. Eventos subsequentes

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia incorporou a sociedade empresarial Itaobi importação e exportação de cereais Ltda. (empresa esta do mesmo grupo dos novos sócios da Broto Legal), com sede na Cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, acesso à BR 472, Km 587, CEP 97500-970, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.948.222/0001-42 ("Itaobi Comércio de Cereais").

Em 4 de janeiro de 2019, a Companhia pagou os juros sobre o capital próprio no valor de R\$5.659.